



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM
RORAIMA**

19º PROCESSO SELETIVO

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia o texto para responder as questões de 1 a 3.

- 1 Meu Deus! Como é engraçado.
- 2 Eu nunca tinha reparado como é curioso um laço.
- 3 Uma fita dando voltas. Enrosca-se, mas não embola.
- 4 Vira, revira, circula e pronto, está dado o laço.
- 5 É assim que é o abraço (...)
- 6 Ah, então é assim o amor, a amizade, tudo que é sentimento.
- 7 Como um pedaço de fita.
- 8 Enrosca, segura um pouquinho, mas não pode se desfazer a qualquer hora, deixando
- 9 livre as duas bandas do laço.
- 10 Por isso é que se diz: laço afetivo, laço de amizade.
- 11 E quando alguém briga então se diz: romperam-se os laços.
- 12 Então o amor, a amizade são isso.
- 13 Não prendem, não escravizam, não apertam, não sufocam.
- 14 Porque quando vira nó, já deixou de ser um laço.

(Fonte: www.pensador.com; Autora Maria Beatriz Marinho dos Anjos)

01 – Julgue a assertivas considerando a tipologia textual e marque a única alternativa correta.

- a) O texto não pode ser classificado como injuntivo.
- b) O texto é descritivo e consiste de uma receita de como fazer um laço a partir de um abraço.
- c) O texto é do tipo narrativo e narra um fato fictício.
- d) Percebe-se que o foco narrativo em 1ª pessoa é predominante no texto.
- e) O texto é do tipo dialogal, ideal para peças teatrais.

02 – Após uma leitura atenta do texto e seguindo as regras da boa interpretação, pode-se, com segurança, concluir que:

- a) O texto é direcionado a rapazes tímidos que não sabem fazer laços bons o suficiente a ponto de impressionar as moças.
- b) O texto é uma mistura de prosa e verso.
- c) O texto pretendeu com sucesso relacionar laços de fita com laços de amizade e amor, típicos dos seres humanos.
- d) O texto relaciona laço de fita com laços de amizade e de amor, e foca principalmente no momento em que esses laços se rompem.
- e) O texto é coeso, porém incoerente, pois não há que se relacionar laço de fita, o que se pode ver, com sentimentos de amizade ou amor, que não se pode ver.

03 – Os sentidos, a concordância e a correção da grafia das palavras do texto seriam mantidas caso:

- a) Se substituísse o verbo reparar (linha 2) por observar.
- b) Fossem suprimidos os acentos agudos das duas ocorrências do verbo “ser” na linha 5.
- c) Se substituísse a palavra bandas (linha 9) por ponta.
- d) Na linha 10, se usasse efetivo em vez de afetivo.
- e) Na linha 13, todos os verbos fossem postos no singular, visto que, na linha 12, as palavras amor e amizade o estão.

04 – Tendo em mente as regras de uso das letras “g” e “j”, indique a alternativa em que alguma palavra ou verbo não foi escrito corretamente.

- a) Agiota, rabugento, laranjeira
- b) Bege, viagem, berinjala
- c) Herege, jirau, jiboia
- d) Laje, sugerir, argila
- e) Viagem, tigela, jerimum

05 – Pelas regras de uso dos prefixos co-, des-, ex-, in-, sub-, re- e suas relações com o uso do hífen e da letra “H”, identifique a alternativa que contém ao menos uma palavra grafada equivocadamente.

- a) Desarmonia; inábil.

- b) Subumano; reidratar.
- c) Exaurir; lobisomem.
- d) Sub-humano; filarmônico.
- e) Coherdeiro; reaver.

06 – Leia o texto e identifique qual das alternativas logo abaixo o preenche corretamente, considerando primordialmente a corretidão das palavras em cada uma das alternativas.

Durante aquele jogo percebeu-se uma _____ do que seria normal: Houve uma entrada maldosa do jogador de defesa, o que causou uma _____ no jogador atacante do time adversário. Instalou-se a _____ em campo, e o juiz, desatento, tentou resolver de _____. Tal atitude culminou na _____ do jogador _____. A torcida sempre atenta não perdoou o _____ e se pôs a vaiar.

- a) Inversão, distensão, crise, improviso, expulsão, lesionado, deslize.
- b) Inversão, distensão, crize, improvizo, expulsão, lesionado, deslize.
- c) Inversão, distenção, crise, improvizo, expulsão, lesionado, deslize.
- d) Inversão, distensão, crise, improviso, expulsão, lesionado, deslize.
- e) Inversão, distensão, crise, improvizo, expulção, lesionado, deslize.

07 – Pronomes de tratamento são axiônimos, ou seja, nomes que constituem formas corteses de tratamento, expressões de reverência, títulos honoríficos etc. Em apenas uma das alternativas abaixo usou-se equivocadamente o pronome de tratamento. Identifique-a e a tenha como resposta.

- a) Se nos reportamos ao General, devemos tratá-lo como Excelência. Em correspondências o invocamos como Exmo. Sr. General.
- b) Deve-se usar Excelentíssimo Senhor + Nome + Cargo, quando em correspondências para o Desembargador de um Tribunal De Justiça Estadual.
- c) Se nos reportamos ao Embaixador, devemos tratá-lo como Eminência. Em correspondências o invocamos como Emte. Sr. Embaixador.
- d) Se nos reportamos ao Reitor, devemos tratá-lo como Magnificência. Em correspondências o invocamos como Exmo. Sr. Reitor.
- e) Usamos Excelentíssimo Senhor + Cargo, quando

em correspondências para os Chefes dos três poderes (Presidente da República, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal).

08 – Leia atentamente os textos a seguir e julgue a assertividade das afirmações feitas a respeito deles. Tenha em mente que apenas uma das afirmações está correta, sendo esta a resposta da questão.

Texto 1

Embora o clima fosse de grande tensão, os operários não hesitaram em apresentar suas reivindicações, alegando que, com exceção de uns poucos privilegiados, todos vinham recebendo o pagamento com vários dias de atraso.

Texto 2

Prezados senhores, prazerosamente remetemos a Vossas Senhorias os resultados de suas aplicações em nosso Fundo de Investimentos. Cumpre-nos ainda informá-los de que, já há uma semana, estão à sua disposição as bonificações referentes às ações do Banco Industrial.

- a) O texto 1 estaria totalmente correto, não fosse a escrita equivocada da palavra “reivindicações”.
- b) No texto 2 não haveria defeitos, não fosse a falta de crase no “a” antes de “Vossa Senhoria”.
- c) Engana-se quem não encontra erros no texto 1, pois embora a palavra reivindicações esteja grafada corretamente, o mesmo não se pode dizer da palavra hesitaram que deveria ter sido escrito com “z” em vez de “s”.
- d) O texto 2 tornou-se incorreto ao preferir usar a preposição “de” depois de informá-los na linha 2.
- e) Ambos os textos estão corretos, não havendo neles palavras ou expressões errôneas que os macule.

09 – Refletindo sobre o tema coesão e coerência, leia atentamente os textos seguintes e identifique a alternativa correta.

Texto A - “Não gosto de ir à praia porque ela fica distante do litoral..”

Texto B – “Viajei no inverno. Aproveitei a serra. Fazia bastante frio. Acendi a lareira.”

- a) O texto B está coerente, porém, falta-lhe

coesão.

- b) O Texto A não está coeso, tampouco coerente.
- c) O texto A está coeso e coerente.
- d) O texto B está coerente e coeso.
- e) O texto A está coerente e incoeso, enquanto o texto B está incoerente e incoeso.

10 – Considerando o tema concordâncias e regências verbais e nominais, julgue a assertividade das frases abaixo e em seguida aponte a alternativa correta:

- 1. Aconselhou-o a que fosse para casa..
- 2. A obediência e o amor à pátria.
- 3. O conhecimento e o amor à pátria.
- 4. Desculpe-me a demora.
- 5. No espaço de meia hora comprei um livro e dele me desfiz.
- 6. Contentou-se em levantar os ombros.
- 7. Conheço e gosto deste livro
- 8. Não soube o pai desculpar a falta do filho.
- 9. Não lhe posso perdoar.
- 10. Devemos responder às cartas.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão erradas.
- c) Há duas frases erradas.
- d) Há seis frases corretas.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores se aplica.

11 – A respeito do tema Improbidade Administrativa e da Lei nº 8.429/92, assinale a alternativa incorreta:

- a) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b) Segundo o entendimento do STF, a pretensão de ressarcimento por prejuízo causado ao erário, manifestada na via da ação civil pública por improbidade administrativa, é imprescritível. Por outro lado, as ações de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil estão sujeitas à prescrição.
- c) O estagiário do Ministério Público Federal está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa. Isso porque o conceito de agente público para fins de improbidade abrange não apenas os servidores públicos, mas todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato,

cargo, emprego ou função na Administração Pública.

d) Frustrar a licitude de concurso público para o provimento de cargos do Ministério Público da União configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

e) Em razão de previsão contida na Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN (Lei Complementar nº 35/79), não pode o Ministério Público instaurar inquérito civil para apurar ato de improbidade administrativa praticado por magistrado.

12 – Sobre os temas intervenção do Estado na propriedade privada, servidão administrativa, requisição administrativa, ocupação temporária, limitações temporárias, tombamento e desapropriação, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

a) A ocupação temporária, forma de intervenção do Estado na propriedade privada, permite a utilização transitória de imóveis de terceiros pelo poder público, tendo por objetivo apoiar a execução de obras, serviços ou atividades públicas ou de interesse público, ensejando sempre indenização ao particular.

b) A servidão administrativa é a forma restritiva e temporária de intervenção da propriedade que congela as características do bem, sendo permitidas alterações e reformas apenas mediante autorização.

c) A requisição administrativa pode abranger tanto bens móveis quanto imóveis, fazendo jus o proprietário à prévia caução em dinheiro para ressarcir eventuais danos.

d) Compete aos municípios a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana, e à união, a desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. No primeiro caso, a indenização é realizada com títulos da dívida pública, e no segundo, com títulos da dívida agrária.

e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens públicos da união tombados, sujeitos a uso especial e inalienabilidade.

13 – Considerando os temas Organização administrativa da União, Administração direta e indireta, Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia

Mista e Agências Reguladoras, analise as proposições abaixo e marque a alternativa correta:

- a) A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é órgão da presidência da República e, portanto, integrante da Administração Pública Federal Direta.
- b) Os conselhos e ordens de fiscalização profissional são entidades dotadas de poder de polícia para a fiscalização de determinadas profissões, possuindo natureza jurídica de direito privado.
- c) As agências reguladoras são dotadas de autonomia administrativa, financeira e hierárquica em relação à Administração Direta, como os demais entes autárquicos, mas dotadas de regime especial que se expressa na previsão de mandatos fixos e estabilidade de seus dirigentes.
- d) As empresas públicas e sociedades de economia mista têm direito à prerrogativa de execução via precatório, pois estão submetidas ao regime das pessoas jurídicas de direito público.
- e) As fundações públicas adquirem personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, aplicando-se-lhes as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

14 – Acerca dos temas Poderes Administrativos, poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, Processo Administrativo e Lei nº 9.784/99, analise as proposições abaixo e marque a alternativa incorreta:

- a) O poder disciplinar autoriza a Administração Pública a apurar infrações e aplicar penalidades a pessoas sujeitas à disciplina administrativa, mesmo que não sejam servidores públicos.
- b) O Conselho Federal de Psicologia exerce poder de polícia.
- c) O poder hierárquico é aquele conferido à autoridade administrativa para distribuir e escalonar funções de seus órgãos, estabelecendo uma relação de coordenação e subordinação entre os servidores sob sua chefia.
- d) Em recente decisão, o STF afirmou a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento de titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas, entendendo que o referido Decreto

não invadiu esfera reservada à lei, e que houve o mero exercício do poder regulamentar da Administração, nos limites estabelecidos pelo art. 84, VI, da Constituição, com o intuito de regular o comportamento do Estado na implementação do comando constitucional previsto no art. 68 do ADCT.

e) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, podendo, inclusive, resultar em agravamento da sanção aplicada.

15 – A Constituição da República, em seu artigo 129, V, atribui ao Ministério Público Federal o dever de “defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas”. Sobre esse tema, é correto dizer que:

- a) A Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais (Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho) seria aplicável no Brasil, mas não foi recepcionada pelo ordenamento brasileiro
- b) É direito dos indígenas o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam
- c) Caso tenha havido erro na demarcação de terra indígena, cabe ao Ministério Público Federal revogar ato administrativo da FUNAI nesse quesito
- d) Os indígenas aculturados, ditos aqueles já integrados à sociedade, possuem somente parcela dos direitos especiais atribuídos aos povos indígenas, adquiridos de nascença
- e) Há imunidade penal para os indígenas com relação aos crimes comuns, salvo em Estado de Sítio

16 – Sobre os direitos e garantias previstos no art. 5º da Constituição da República que norteiam o direito penal brasileiro, é pacífico dizer que:

- a) A Constituição da República se encontra em perfeita adequação com o direito penal do inimigo
- b) O princípio do contraditório exige que o réu seja notificado pessoalmente dos atos processuais, ainda que tenha mudado de endereço após citação válida e não tenha informado o Juízo, por ser dever do Estado realizar a persecução penal
- c) O princípio da ampla defesa engloba o da paridade de armas, exigindo que acusação e

defesa possam meios equivalentes para demonstrar e interferir na decisão judicial

d) A pena de morte pode ser instituída por Lei Complementar, exigindo maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o Supremo Tribunal Federalismo

e) A prisão após a condenação em segunda instância é permitida, e se a condenação for revertida no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, com a liberação do réu, garante um crédito de “dias pena” para ser usado em futuras condenações

17 – Godofredo é advogado de renome no município de Curralinho e ajuíza mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal com objetivo de obter decisão que declare a omissão da prefeitura do município em permitir acompanhantes nos partos realizados pela rede municipal de saúde. Sobre esse caso, é possível afirmar:

a) A OAB do Estado onde se localiza Curralinho possui legitimidade para propor referida ação

b) O erro de Godofredo está no tipo de ação, pois o correto seria arguição de descumprimento de preceito fundamental

c) Godofredo está correto, pois cabe ao Supremo analisar mandado de injunção quando a falta de norma regulamentadora for de responsabilidade de chefe de Poder Executivo

d) A ausência de acompanhante no parto não caracteriza omissão do Poder Público, que possui discricionariedade plena nessa seara

e) O relator poderá ouvir a Prefeitura de Curralinho antes de tomar qualquer decisão em caráter de tutela antecipada, fazendo o Ministério Público Federal a função de garantidor da ordem pública em caso de distúrbio

18 – O constitucionalismo como movimento de cunho liberal assume para si, dentre outros objetivos, a limitação e conformação do poder estatal. Sobre esse assunto, a Constituição da República Federativa do Brasil:

a) define como competência comum legislar sobre trânsito e transporte

b) permite aos Estados federados e ao Distrito Federal manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais

c) confere aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e regional

d) permite que União, Estados e Distrito Federal legislem sobre proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural

e) inova ao prever a metrópole como ente da federação com personalidade jurídica e competência para legislar sobre assunto de interesse da região metropolitana

19 – Acerca dos temas pessoas jurídicas, responsabilidade civil e propriedade, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa incorreta:

a) Para repelir o desvio de finalidade da pessoa jurídica e a confusão patrimonial entre o patrimônio da pessoa jurídica e o patrimônio particular dos associados, o direito brasileiro adota a chamada teoria da desconsideração da personalidade jurídica, positivada no art. 50 do Código Civil.

b) Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação. c) O Código Civil de 2002 dispõe que o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades sociais e econômicas, silenciando sobre a necessidade de preservação ambiental, que é tratada em outros diplomas legais.

d) A responsabilidade civil é independente da criminal, podendo-se impetrar, desde que não prescrita, ação civil ex-delicto ainda que tenha ocorrido a extinção da punibilidade pela prescrição no processo penal.

e) A indenização mede-se pela extensão do dano, podendo o juiz reduzir equitativamente a indenização se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

20 – Sobre prescrição e decadência, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa incorreta:

a) A prescrição não pode ser estabelecida por convenção das partes.

b) O exercício da tutela ou curatela impede ou suspende a prescrição, não permitindo o fluxo do prazo prescricional entre o tutor e o tutelado e entre o curador e o curatelado.

c) A interrupção da prescrição somente poderá ocorrer uma única vez, e pode ser promovida por qualquer interessado.

d) Se a decadência for determinada pela lei, o interessado poderá alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não poderá suprir a alegação de quem a aproveite.

e) Caso a ação na esfera cível tenha origem em fato que dependa de apuração no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

21 – Assinale a alternativa correta:

a) A lei que tipifica como infrações penais comportamentos até então considerados irrelevantes não poderá retroagir, em hipótese alguma.

b) A lei penal mais grave terá aplicação apenas a fatos posteriores à sua entrada em vigor.

c) Tanto a lei penal temporária quanto a excepcional possuem ultratividade, pois se aplicam ao fato praticado durante sua vigência, embora decorrido o período de sua duração (temporária) ou cessadas as circunstâncias que a determinaram (excepcional).

d) A nova lei que exclui do âmbito do direito penal um fato até então considerado criminoso alcança a execução e os efeitos penais da sentença condenatória, subsistindo, entretanto, os efeitos civis de eventual condenação.

e) Todas as alternativas estão corretas.

22 – Assinale a alternativa incorreta:

a) No dolo eventual, o agente não quer o resultado, nem assume o risco de produzi-lo. Apesar de sabê-lo possível, acredita sinceramente ser capaz de evitá-lo, o que apenas não acontece por erro de cálculo ou por erro na execução. Na culpa consciente, o agente não somente prevê o resultado naturalístico, como também, apesar de tudo, o aceita como uma das alternativas possíveis.

b) Ocorre o crime preterdoloso ou preterintencional quando o agente quer produzir um resultado (age com dolo), mas, além deste, causa um resultado mais grave que não havia pretendido. Esse resultado mais grave é causado a título de culpa, ou seja, o agente não quis nem assumiu o risco de produzi-lo, mas deu causa a ele por imprudência, negligência ou imperícia.

c) Dolo direto, também denominado dolo determinado, intencional, imediato ou, ainda, dolo incondicionado, é aquele em que a vontade do agente é voltada a determinado resultado. Já o dolo indireto ou indeterminado, por sua vez, é aquele

em que o agente não tem a vontade dirigida a um resultado determinado. Subdivide-se em dolo alternativo (quando o agente deseja, indistintamente, um ou outro resultado) e em dolo eventual (em que o agente não quer o resultado, por ele previsto, mas assume o risco de produzi-lo).

d) Diversamente do campo civil, na esfera penal não é cabível a compensação de culpas. É possível, todavia, a concorrência de crimes culposos.

e) O parágrafo único do art. 18 do Código Penal, adotando o princípio da excepcionalidade do crime culposos, assevera que, salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

23 – Mévio foi aprovado em concurso público para o cargo de Fiscal Municipal de Obras e Posturas, mas, quinze dias antes da sua posse, solicita, indevidamente, cinco mil reais para não embargar uma construção irregular. Ao fazê-lo, cometeu o crime de:

a) Concussão.

b) Corrupção passiva.

c) Prevaricação.

d) Tráfico de influência.

e) Advocacia administrativa.

24 – De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do crime de tráfico ilícito de drogas, é correto afirmar que:

I – Para a incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei nº 11.343/2006, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da Federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.

II – Compete ao juiz federal do local da apreensão da droga remetida do exterior pela via postal processar e julgar o crime de tráfico internacional.

III – A aplicação da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, não afasta a hediondez do crime de tráfico de drogas.

a) Todas as alternativas estão corretas.

b) Somente a afirmação I está correta.

c) Somente as afirmações I e II estão corretas.

- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas estão corretas.

25 – Ajuizada ação de improbidade pelo Ministério Público Federal (assinale a opção correta):

- a) O juiz indefere o pedido de indisponibilidade de bens, alegando falta de demonstração de periculum in mora. Esse entendimento não converge com o do Superior Tribunal de Justiça
- b) O juiz concede 5 (cinco) dias para a parte ré apresentar defesa preliminar. Esse prazo é contado em dias corridos.
- c) O juiz indefere a petição inicial com base na prescrição, pois decorridos 03 (três) anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança
- d) A propositura da ação, após a citação válida, torna prevento o juízo para ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir e o mesmo objeto
- e) O juiz decide por aplicar a Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), caso se trate de fato equiparado a crime de pequeno potencial ofensivo

26 – São elementos essenciais da sentença: o relatório, os fundamentos, e o dispositivo. A respeito dessa modalidade de decisão prevista no Código de Processo Civil, é correto dizer que:

- a) Os embargos de declaração são espécie de recurso que servem para reformar, pela via embargante, o mérito da sentença atacada
- b) A apelação poderá ser ajuizada em até quinze dias úteis, desde que a parte apelante possua interesse recursal
- c) Decisões vinculantes somente deixam de ser aplicadas se superadas pela jurisprudência
- d) A sentença encerra o mérito do processo judicial, devendo sempre julgar todas as questões colocadas pelas partes, seja em sentido favorável, seja em sentido desfavorável
- e) A extinção do processo dar-se-á por sentença ou por decisão terminativa

27 – Júlio participou como terceiro em processo que tramitou perante o Judiciário. Sobre esse assunto (assinale a opção correta):

- a) O Código de Processo Civil permite a desconsideração inversa da personalidade jurídica,

assim entendida aquela que transforma em pessoa física a pessoa jurídica registrada com fraude

- b) É o amicus curiae o instituto adequado para quem pretenda participar de causa em que houver relevância da matéria, ou especificidade do tema objeto da demanda ou repercussão social
- c) A existência de assistência simples obsta que a parte principal renuncie ao direito sobre o que se funda, uma vez que o assistente possui interesse sobre o resultado do processo
- d) No chamamento ao processo, a sentença de procedência não valerá como título executivo em favor do réu que satisfizer a dívida, a fim de que possa exigi-la, por inteiro, do devedor principal, ou, de cada um dos codevedores, a sua quota, na proporção que lhes tocar
- e) A assistência simples será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontra, mas o mesmo não vale para a assistência litisconsorcial

28 – Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa incorreta:

- a) Tratando-se de um procedimento administrativo pré-processual destinado à apuração das infrações penais e da sua autoria, eventual irregularidade em ato praticado no curso do inquérito não tem o condão de contaminar o processo penal a que der origem.
- b) O inquérito policial, por ser peça informativa, é dispensável para a propositura da ação penal, mas sempre acompanhará a inicial acusatória quando servir de base para a denúncia ou a queixa.
- c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- d) Consoante dispõe o art. 66 da Lei nº 5.010/1966 (Lei que organiza a Justiça Federal de primeira instância), o prazo para conclusão do inquérito policial será de quinze dias, quando o indiciado estiver preso, podendo ser prorrogado por mais quinze dias, a pedido, devidamente fundamentado, da autoridade policial e deferido pelo Juízo que competir o conhecimento do processo.
- e) O Delegado, encerrada as investigações, convencido da inexistência de crime, poderá determinar o arquivamento do inquérito policial.

29 – No que concerne ao benefício da suspensão condicional do processo, previsto no art. 89 da Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que:

- a) Reunidos os pressupostos legais permissivos, mas se recusando o Membro do Ministério Público a propô-la, o Juiz, dissentindo, poderá fazê-lo, de ofício ou a requerimento da defesa.
- b) Se aplica na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
- c) Só é cabível nos crimes abrangidos pelo procedimento sumaríssimo.
- d) É cabível em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano.
- e) Não é incabível nas hipóteses de desclassificação do crime e de procedência parcial da pretensão punitiva.

30 – No procedimento comum ordinário, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar que:

- a) Não existe prova de ter o réu concorrido para a infração penal.
- b) A punibilidade está extinta em decorrência da prescrição em perspectiva, antecipada ou virtual da pretensão punitiva do Estado, amplamente aceita pelas cortes pátrias.
- c) O fato foi cometido em situação de manifesta inexigibilidade de conduta diversa.
- d) Não existe prova suficiente para a condenação.
- e) Não há prova da existência do fato.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RORAIMA
19º PROCESSO SELETIVO

QUESTÃO DISCURSIVA

Em uma região desértica, à beira da morte por sede, fome e cansaço, João encontra José, a quem pede socorro. José lhe dá comida, bebida e ajuda, mas, em troca, exige, antes, a assinatura do seguinte contrato, o qual João assina:

JOSÉ, doravante chamado CONTRATANTE, e JOÃO, doravante chamado CONTRATADO, assumem, de forma livre e espontânea, em caráter vitalício e irrevogável, as seguintes obrigações, recíprocas entre si:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CONTRATANTE fornecerá roupa e comida ao CONTRATADO;

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATADO obedecerá a todas as ordens do CONTRATANTE;

PARÁGRAFO ÚNICO: em caso de descumprimento desta cláusula, caberá ao CONTRATANTE punir o CONTRATADO da forma que entender adequada.

CLÁUSULA TERCEIRA: As obrigações estipuladas neste contrato têm termo inicial na data da assinatura do presente instrumento, e se encerram com a morte do CONTRATADO.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de morte do CONTRATANTE, estando vivo o CONTRATADO, os herdeiros daquele sucedem-no em seus direitos e obrigações.

CLÁUSULA QUARTA: Quaisquer dúvidas sobre a interpretação deste contrato serão resolvidas pelo CONTRATANTE, da forma que entender adequada.

Lugar, data,

Assinaturas.

Discorra sobre a validade de referido contrato, em, no mínimo, 30 (trinta) linhas, e, no máximo, 45 (quarenta e cinco) linhas.

Aborde, necessariamente, os seguintes tópicos:

- 1) dignidade da pessoa humana;
- 2) direito à liberdade;
- 3) pacta sunt servanda;
- 4) autonomia da vontade;
- 5) estado de perigo e lesão (Código Civil, arts. 156 e 157. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta).

